



Mulheres conquistam mercado, mas ganham menos

Por Antonio Marcos Ambrozio

Economista da Secret, de Assuntos Econômicos

Aumentou a escolaridade feminina, mas os salários dos homens ainda são majores

Ao longo das últimas décadas, a participação feminina no mercado de trabalho

formal brasileiro aumentou substancialmente. A despeito disso, persistem diferenças importantes de remuneração e de acesso entre homens e mulheres. O objetivo desse informe é analisar, entre 1996 e 2005, a evolução da participação feminina nesse mercado, em termos do saldo líquido de empregos (diferença entre admissões e desligamentos) e do

Evolução da renda: homens e mulheres

A participação das mulheres no mercado de trabalho vem aumentando na última década. De acordo com os dados da RAIS, esse percentual, que era de pouco menos de 38% em 1996, aumentou para 39% em 2000 e atingiu 40% em 2004, último ano em que esses dados estão disponíveis.

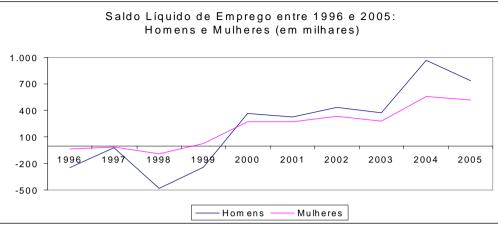
Esse crescimento contínuo

Visão do Desenvolvimento é uma publicação da Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE), da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As opiniões deste informe são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o pensamento da administração do BNDES.

salário médio. Para tanto, utilizaram-se as bases de dados da RAIS ¹ e principalmente do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

¹ A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS é uma base estatística referente ao mercado de trabalho formal, que, além dos trabalhadores celetistas - que também são abrangidos pelo CAGED - inclui também os estatutários, temporários e avulsos.

Gráfico 1



Entre os anos de 1996 e 1999

houve uma drástica redução

do emprego masculino

Fonte: CAGED

da proporção de mulheres entre os trabalhadores ocorreu a despeito do intenso ciclo registrado no mercado de trabalho nesse período, em termos de geração líquida de postos de trabalho. Como já foi apontado no

número 03 do *Visão do Desenvolvimento* de 06/07/2006, houve uma importante quebra

no padrão de geração de emprego formal no período 1996-2005. Segundo os dados do CAGED, houve uma destruição líquida de mais de cerca de 1 milhão de postos de trabalho entre os anos de 1996 e 1999. Em compensação, o número de admissões superou o de desligamentos em todos nos anos seguintes, resultando em uma criação líquida de quase 5,5 milhões de empregos no período 2000-2005.

Como pode ser visto no Gráfico 1, esse padrão de geração de emprego foi em termos gerais comum tanto para homens como para mulheres. Em am-

bos os casos, houve destruição de empregos entre 1996 e 1999 e cria-

ção entre 2000 e 2005. Há, no entanto, uma diferença marcante de intensidade do processo de destruição verificado entre 1996 e 1999. Quase toda a perda líquida de postos de trabalho - cerca de 90% do total se deu na população masculina. O contingente feminino respondeu por apenas 10% desse total. Em 1999, chegou a ha-

ver uma expansão do emprego entre as mulheres, enquanto ocorria uma destruição líquida de quase 240 mil postos de trabalho ocupados por homens.

No período de expansão registrado a partir de 2000, a maior A participarte do saldo líno merca quido de empregos criados - 59% a foi destinada

aos homens, enquanto a participação feminina foi de 41%. Entretanto, entre 2000 e 2003, os postos adicionais de trabalho foram praticamente divididos igualmente entre as duas populações. Só em 2004 e, em menor medida, em 2005, o emprego masculino aumentou sensivelmente mais em termos absolutos.

Do ponto de vista de qualificação, um ponto importante a ser assinalado é que a tendência do período 1996-2005 foi de um aumento do trabalho mais qualificado e redução do menos qualifica-

do empreneres, enna destruise 240 mil
ocupados
pansão recoansão redo. Em relação à expansão do
emprego para os trabalhadores
que têm acima da oitava série
até o ensino médio, a participação feminina no saldo reduziu-se de 42% no primeiro período (1996-1999) para 39%
no segundo (2000A participação feminina 2005).

Mais notável foi a participação das mulheres na categoria mais qualifi-

cada, acima de ensino médio, ou seja, com curso superior completo ou incompleto. Entre 1996 e 1999, enquanto os homens com esse nível de escolaridade sofreram uma perda líquida de emprego, houve uma criação líquida positiva - embora pequena - para as mulheres. Já no período 2000-2005, quando o saldo líquido é positivo para ambos os sexos, a maior parte das vagas foi absorvida pelas mulheres. A participação feminina foi de 56%. Com efeito, dados da RAIS para 2004 mostram que as mulheres são maioria dentre os empregados

Tabela 1 - Saldo líquido de emprego acumulado, homens e mulheres, por grau de instrução (em milhares)

no mercado de trabalho

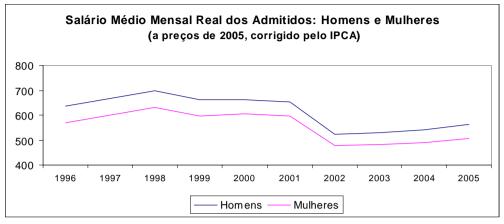
que em 1996 era de

38% hoje está em 40%

Escolaridade	Até 4 Série		Acima 4 até a 8 Série		Acima 8 Série a Segundo Grau		Acima Segundo Grau	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1996-1999	-1002	-210	-161	-84	214	153	-70	12
2000-2005	-426	-95	696	261	2606	1637	318	413

Fonte: CAGED

Gráfico 2



Nos empregos de nível

superior, a participação

feminina chegou a 56%

Fonte: CAGED

com ensino superior completo, correspondendo a 57% do total.

Evolução da renda a índices do IPCA

O Gráfico 2 apresenta a evolução do salário médio mensal real (a preços de 2005, corrigidos pelo IPCA) dos trabalhadores admitidos entre 1996 e 2005, evidenciando um padrão comum tanto para

homens quanto para mulheres. Houve aumento entre 1996 e 1998.

sucedido por queda em 1999. Nos dois anos seguintes, o salário médio manteve-se relativamente estável. Voltou a sofrer uma grande perda em 2002 e, desde então, vem se recuperando. Essa evolução do salário médio real está diretamente relacionada à trajetória inflacionária. O salário médio real aumentou durante os anos de desaceleração da alta de preços (1996-1998 e 2003-2005) e sofreu perdas significativas nos períodos onde houve desvalorizações cambiais abruptas que levaram a acelerações inflacio-

nárias (1999 e particularmente 2002).

Comparando-se o salário médio

real dos homens com o das mulheres, segue que o rendimento masculino superou o feminino em todos os anos do período 1996-2005. Os salários reais médios a preços de 2005 dos admitidos entre 1996 e

2005 foram de R\$ 614 para os homens e de R\$ 556 para as mulheres. Esse diferencial de R\$ 58 foi ligeiramente maior no período 1996-1999 (R\$68) do que no período 2000-2005 (R\$52). Assim, enquanto em média o salário real médio das mulheres recém-empregadas correspondia a 89,8% do masculino entre 1996 e 1999, essa proporção au-

mentou para Seriam necessários mais 91% entre 75 anos para eliminar a 2000 e 2005. desigualdade salarial por sexo

Cresce a escolaridade de homens e mulheres

Assim, a disparidade salarial entre homens e mulheres reduziu-se de forma muito tímida ao longo de um período de 10 anos. A persistir essa tendência, seriam necessários mais 75 anos para eliminar completamente a desigualdade salarial por sexo.

Do ponto de vista de escolaridade, como esperado, o rendimento médio tanto de homens como de mulheres foi crescente com o grau de instrução. O aumento é mais expressivo quando se compara os contingentes com escolaridade até ensino médio aos de nível superior completo.

O salário médio real dos homens superou o das mulhe-

res em todos os níveis de escolaridade considerados. O diferencial foi maior para os trabalhadores com nível de escolaridade mais elevado, ou seja, acima do ensino médio: as mulheres auferiram em média apenas 63% do salário real médio do dos homens.

O menor diferencial se deu justamente entre os menos qualificados - até quarta série, in-

clusive. Nesse contingente, o rendimento médio real das mulheres

equivaleu em média a 82% da remuneração dos homens. Já entre os analfabetos, o rendimento médio real das mulheres foi em média superior ao dos homens.

Destaque-se que o diferencial de rendimento entre os sexos caiu entre 1996-1999 e 2000-2005 para todos os níveis de escolaridade. Essa queda mais significativa no segmento da oitava série do ensino médio, onde esse hiato recuou 6 pontos percentuais.

A discrepância salarial por sexo entre os mais escolarizados pode, em princípio, ser explicada pela maior limitação de acesso das mulheres a cargos de chefia ou mais geralmente a ocupações bem remuneradas. Tomando como base as informações da RAIS em 2004², consideramos quatro ocupações que apresentaram elevada remuneração média naquele ano (consideramos as ocupações cuja remuneração média foi acima de R\$ 3 mil para homens e mulheres):

dirigentes de empresas e organizações (que não de interesse público), pesquisadores, profissio-

nais de ciências exatas e de ciências jurídicas. A participação feminina nessas ocupações foi de, respectivamente, 29%, 40%, 21% e 42% do emprego total. Tomando-se as quatro ocupações em conjunto, conclui-se que, de fato, as mulheres estavam sub-representadas entre as ocupações melhor remuneradas, com participação de apenas 26% no total.

Entretanto, quando se analisam os diferenciais de salário observa-se que o acesso limitado a ocupações mais bem remuneradas explica apenas parcialmente o diferencial de rendimento. Nas quatro ocupações consideradas, o salário médio

feminino como proporção do salário médio masculino variou de 42% no caso de dirigentes a 87% no caso dos profissionais de ciências jurídicas. A conclusão que se chega é que, além do fato de as mulheres terem aces-

De 2000 a 2005, com o aumento de vagas, houve avanço de empregos femininos so limitado a cargos de chefia nas firmas, seus salários nesses postos são inferiores.

Salário médio é menor em todas as categorias

Os resultados anteriores são qualitativamente similares quando se controla por educação. Restringindo o universo de análise para os trabalhadores com nível superior completo, a participação feminina nas quatro categorias ocupacionais consideradas é novamente reduzida (26,5%), e o salário médio relativo das mulheres é menor em todas as categorias, variando de 46% no caso de dirigentes a 88% no caso dos profissionais de ciências jurídicas.

Conclusões

A participação das mulheres no mercado de trabalho formal mostrou uma evolução favorável entre 1996 e 2005. No período 1996-1999, quando houve retração do emprego total, a maior parte do ajuste foi absorvido pelos homens. Já entre 2000 e

² No que segue consideramos o total dos trabalhadores ocupados em 2004, e não apenas os admitidos. Os resultados são qualitativamente similares aos obtidos junto ao CAGED: entre o total de empregados o salário médio masculino também supera o feminino em todos os níveis de escolaridade, sendo o diferencial salarial maior para o grau de instrução mais elevado.

Tabela 2 - Razão entre salário médio real feminino e masculino, trabalhadores admitidos, por grau de instrução (%)

Escolaridade	Até 4 Série	A cim a 4 até 8	A cim a 8 Série até	A c i m a 2 G r a u
1996-1999	8 2	7 8	7 5	6 2
2000-2005	8 3	7 8	8 1	6 4

O salário relativo dos

homens é maior tanto

quanto por ocupação

por nível de escolaridade

Fonte: CAGED

2005, quando o emprego se expandiu com força, houve um avanço significativo no percentual de mulheres empregadas.

A participação feminina foi crescente por nível de escolaridade. Em particular, a participação das mulheres superou a dos homens no saldo líquido

de emprego para os trabalhadores com nível superior. Apesar disso, as mulheres ainda são em menor nú-

mero quando se consideram cargos de chefia em empresas e organizações.

Dentro do quesito renda, o salário médio masculino superou o feminino em todos os anos entre 1996 e 2005, tanto entre admitidos como entre desligados no período. Houve apenas uma pequena redução no diferencial de renda nos os períodos 1996-1999 e 2000-2005. O salário relativo dos homens é maior tanto por nível de escolaridade quanto por posição ocupacional.

Em suma, o panorama geral obtido é que embora a mulher

esteja ganhando acesso aos empregos que demandam mais qualificação, sua remuneração vis à vis a dos ho-

mens ainda é muito desfavorável nesse tipo de emprego.

Isso se dá tanto por seu acesso limitado a cargos de chefia ou, genericamente, a ocupações que pagam mais, como por um diferencial relevante, para menos, de remuneração frente aos homens nessas ocupações.



Se você quer receber os próximos números desta publicação envie e-mail para visao.do.desenvolvimento@bndes.gov.br.